

*- Procedimento de Registo -*

1. O registo processa-se de acordo com o **Regime Jurídico de Acesso à Atividade de Agente de Navegação** (RJAAAN), aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 264/2012*, de 20 de Dezembro, e com a norma “Registos, Autorizações, Licenças e Concessões” do **Regulamento de Exploração, Ambiente e Segurança do Porto de Sines**.
2. O processo de registo inicia-se com um requerimento dirigido à APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., entregue no Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT) e instruído com as seguintes informações e documentos:
  - a) Certidão ou documento equivalente comprovativo da inscrição no IMT;
  - b) Apresentação de fotocópia dos documentos que titulam a utilização de instalações para serviço no porto;
  - c) Indicação – e respetiva identificação – dos meios humanos e materiais com que a sociedade se propõe exercer a atividade no porto, devendo ser identificado o responsável pela agência no porto;
  - d) Informação da atividade desenvolvida ou a desenvolver, incluindo previsões de atividade no porto;
  - e) Prestação de caução ou garantia bancária no valor de € 7.482,00 para garantia de responsabilidades para com a APS, que em caso de garantia bancária ou seguro-caução deverá ser prestada de forma incondicional e à primeira solicitação da APS.
3. O exercício da atividade está condicionado à ligação do agente de navegação à aplicação informática JUPII/JUL – Janela Única Portuária/Logística em utilização no Porto de Sines, à posse da correspondente certificação como utilizador do sistema e à adesão à fatura eletrónica da APS.
4. O processo pode incluir uma vistoria às instalações para verificação do cumprimento dos requisitos de meios humanos e materiais e para promoção de uma maior proximidade entre a agência e a APS.
5. Anualmente é verificado o número de agenciamentos de cada agente, de forma a controlar-se o cumprimento da al. a) do n.º 1 do art.º 11.º do RJAAAN.
6. A intenção de cancelamento de um registo é sempre precedida de audiência prévia à respetiva agência.
7. O agente de navegação tem o direito de, a todo o tempo, aceder, atualizar, retificar e, em caso de cancelamento, eliminar o seu registo.
8. Sempre que existam novos registos, cancelamentos de registos ou alterações dos dados respeitantes aos requisitos do registo, a APS informa o IMT desse facto.